

Governo envia nova Lei Rouanet ao Congresso

Ana Paula Sousa

Texto fortalece fundo público, alimentado pela União, e exige que empresas coloquem recursos próprios em projetos incentivados

Projeto de lei enfrentou resistência nas áreas econômicas; Ministério da Cultura define novos critérios para aprovação

O setor cultural já estava descrente, e o ministro Juca Ferreira evitava falar sobre o assunto publicamente. Mas, finalmente, o projeto de lei que muda a Lei Rouanet, responsável por movimentar cerca de R\$ 1 bilhão por ano, será protocolado no Congresso Nacional.

No final da manhã de ontem, o Ministério da Cultura (MinC) recebeu o sinal verde há muito esperado e, às pressas, começou a organizar a cerimônia de entrega do projeto ao Congresso. "Cumprir minha palavra", disse, com certo alívio, Ferreira. "Fechamos um ciclo do movimento cultural brasileiro."

Também ontem, estavam na boca do Congresso as discussões sobre o vale-cultura e o Simples, que desonera micro e pequenas empresas culturais. O MinC tinha a expectativa de que ambos fossem aprovados entre ontem e hoje e seguissem para sanção presidencial.

Segundo o secretário-executivo do MinC, Alfredo Manevy, o projeto da Rouanet chega ao Congresso com pedido de tramitação urgente/urgentíssima, que asseguraria a aprovação em 90 dias. Questionado sobre o envio às vésperas do Natal e sobre a discussão em ano eleitoral, Ferreira argumentou: "Foi o tempo necessário. E o Brasil precisa pôr fim ao paradigma de que em ano eleitoral não se trabalha".

Prometida desde o primeiro mandato do governo Lula, a mudança, que deixa apreensivos produtores e artistas, passou por uma consulta pública e, depois, ficou seis meses em fervura no governo. "A área econômica tem dificuldade de compreender as singularidades da cultura", diz Ferreira. "Precisamos nos adequar às metas do governo, mas eu não estava disposto a mudar radicalmente o projeto." O ministro refere-se, sobretudo, ao incremento do fundo público.

Investimento direto

A partir de 2010, devem ser disponibilizados, num fundo gerido pelo MinC, R\$ 800 milhões. "O fortalecimento e a desburocratização do fundo é a grande novidade, porque põe fim à busca do patrocínio", diz Manevy. O dinheiro, quase todo do Orçamento, será distribuído por meio de bolsas e prêmios. "Vamos construir uma rede de pareceristas, formada por especialistas de cada área, que escolherá os projetos."

A migração de dinheiro para um fundo divide o setor cultural. Alguns defendem que só assim se abre espaço para manifestações menos moldadas ao mercado, que tendem a encontrar as portas fechadas nas salas dos grandes patrocinadores, interessados em expor suas marcas. Para outros, a centralização de poder nos corredores do ministério pode dar origem a favorecimentos indesejados.

Outra mudança que deve causar ruído diz respeito à exigência de contrapartida empresarial. A proposta prevê que, para usar benefício fiscal, as empresas devam colocar ao menos 20% de recursos próprios num projeto. O texto estabelece três diferentes tetos de renúncia: 40%, 60% e 80%.

"Num primeiro momento, as empresas não eram favoráveis a essa ideia", diz Manevy. "Mas o próprio debate público as levou a isso. Tanto empresas estatais quanto privadas assumiram esse compromisso, então partimos do pressuposto de que manterão investimentos."

Muitos produtores temem, porém, que a medida acabe por afastar os empresários e dificulte ainda mais a captação. Cabe lembrar que apenas cerca de 20% dos projetos aprovados pelo MinC conseguem, de fato, patrocínio.

NOVA LEI ROUANET

Principais pontos do texto enviado ao Congresso

- | | | | |
|--|--|---|--|
| 1 Fortalece o Fundo Nacional de Cultura, que distribuirá recursos por meio de bolsas e prêmios, sem a intermediação das empresas patrocinadoras | 2 Estabelece que as empresas devem aplicar ao menos 20% de recursos próprios nos projetos culturais beneficiados pelo mecanismo de incentivo fiscal | 3 Põe fim à tributação dos projetos incentivados e anistia a produtores que vêm sendo autuados pela Receita. Atualmente, dinheiro subsidiado é tributado | 4 Amplia o papel da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic), que passa a formular diretrizes, critérios e prioridades de investimento. Hoje, seu papel é consultivo |
|--|--|---|--|

CONHEÇA ALGUNS DOS NOVOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

- | | |
|--|---|
| >> Inovação e experimentação artística | >> Geração e qualificação de emprego e renda |
| >> Contribuição para preservação, memória e tradição | >> Fortalecimento das empresas culturais brasileiras |
| >> Expressão da diversidade cultural brasileira | >> Contribuição para a redução das desigualdades territoriais, regionais e locais |
| >> Ampliação do acesso da população aos bens, conteúdos e serviços culturais | >> Redução das formas de discriminação e preconceito |

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 16 dez. 2009, Ilustrada, p. E5.